



Contribuição do Coletivo Intervozes para a Consulta Pública
CWG Internet - UIT

O Intervozes é uma organização brasileira que compreende a comunicação como um direito humano. Nesse sentido, entende que as políticas públicas devem sempre ter como premissa o direito aos respeitos humanos e garantir a um maior número de pessoas possíveis o acesso a serviços considerados essencial. Assim, nossa contribuição parte do pressuposto de que as novas tecnologias da informação e comunicação devem estar acessíveis para aqueles que não a possuem.

Ao mesmo tempo, como o mercado de telecomunicações prevalece historicamente uma lógica de privilegiar mercados com capacidade de consumo de seus serviços, é preciso que o Estado elabore políticas públicas de acesso aos novos serviços de telecomunicações respeitando os direitos humanos como a liberdade de expressão, a privacidade e políticas não vigilantistas. Isso aponta para políticas públicas que garantam o acesso à infraestrutura de telecomunicações esteja disponível em áreas também não economicamente viáveis. Apontamos também que é preciso garantir o respeito aos princípios que ajudaram a construir a internet na maneira que a conhecemos, como a neutralidade de rede, e fomentar o ensino de habilidades que permitam o conhecimento necessário para fazer um pleno uso de todos os benefícios que a internet proporciona.

Tema da Consulta: “Novas / emergentes telecomunicações / TICs para o desenvolvimento sustentável

1. Como as telecomunicações / TICs novas e emergentes afetarão a Internet e o desenvolvimento sustentável, incluindo a economia digital?

R= Cada vez mais os serviços de telecomunicações têm se tornado um elemento central no desenvolvimento social, econômico e humano das atuais sociedades. Podem, hoje serem



comparados a outros serviços essenciais como o acesso à saúde, à educação, a direitos sociais, etc.

Partindo do pressuposto que são serviços essenciais, precisam estar em sintonia com as demandas e direitos humanos que norteiam, ou pelo deveriam nortear, as políticas públicas e ações do Estado. O mesmo vale para as novas ferramentas tecnológicas que surgiram nos últimos 15 anos. O desenvolvimento sustentável só será possível se essas novas tecnologias e os emergentes serviços de telecomunicações respeitarem os direitos humanos. Liberdade de expressão, acesso universal às novas tecnologias, privacidade são alguns desses direitos. Especialmente em uma nova economia global emergente baseada em dados.

2. Quais são as oportunidades e os desafios para a adoção e o crescimento das novas e emergentes telecomunicações / TICs e da Internet?

R= Há uma demanda crescente de pessoas que estão sem conectividade no mundo. No Brasil, esse número alcança algo aproximado de 43% da população. Com uma crescente necessidade de determinados serviços, inclusive serviços públicos, serem acessados utilizando serviços de telecomunicações, fica claro que existe uma demanda concreta de pessoas que querem e precisam adquirir esses serviços e isso se torna uma grande oportunidade para a adoção e crescimento das emergentes tecnologias e serviços de telecomunicação. Por outro lado, o surgimento das novas tecnologias e emergentes serviços de telecomunicações traz também alguns desafios.

A chegada tecnologia 5G, que é um emergente e disruptivo serviço de telecomunicações, promete uma série de oportunidades que, na verdade, tornam-se desafios para a sua implementação. Uma conexão com a tecnologia 5G permite criar conexões machine to machine. E isso implica por exemplo, o uso e tratamento de dados pessoais dos cidadãos nas mãos das operadoras. Por isso, torna-se um desafio usar a tecnologia 5G garantir a



privacidade e não vigilância dos usuários. Além disso, é preciso também resolver o problema do princípio da Neutralidade de Rede com a implementação da tecnologia 5G. A Neutralidade de Rede foi um princípio que elevou a internet ao nível que está hoje e garantiu a sua constante inovação, muito bem saudada até aqui. Por isso, um outro desafio para a adoção e o crescimento das novas e emergentes telecomunicações, como a tecnologia 5G, é a garantia do princípio da Neutralidade de Rede no seu uso.

3. Como os governos e as demais partes interessadas podem aproveitar os benefícios das telecomunicações / TICs novas e emergentes?

R= De muitas formas. A primeira delas, é criando canais de comunicação com usuário para serviços de extrema necessidade, com rápidas respostas, como por exemplo na saúde, para solução de problemas de atendimento ao usuário; formas rápidas de retificação de informações de dados pessoais em bancos de dados públicos, desde que respeitados os direitos humanos relativos à privacidade e sem práticas vigilantistas; criação de políticas públicas voltadas para a inclusão digital, na tentativa de solucionar o gap digital; aparelhamento de escolas e bibliotecas com conectividade de qualidade, etc...

4. Quais são as melhores práticas para promover habilidades humanas, capacidade institucional, inovação e investimento para telecomunicações / TIC novas e emergentes?"

R= Aqui dividiremos nossa contribuição em dois aspectos: capacitação e habilidades de uso de TIC's e investimentos em desenvolvimento de infraestrutura de telecomunicações.

No primeiro aspecto, de habilidades, é importante apontar que para um pleno uso de todas as capacidades que as novas tecnologias proporcionam ao cidadão, é preciso que este cidadão tenha conhecimento e habilidades compatíveis com o uso das tecnologias. Um bom exemplo de boa prática nessa capacitação seria a criação de espaços públicos com oficinas que proporcionassem essa capacitação. Além disso, uma boa prática seria colocar na grade



curricular as escolas públicas brasileiras disciplinas que ensinassem aos alunos programação básica, proporcionando aos estudantes habilidades para desenvolvimento de aplicativos, por exemplo. Isso não só permitiria a capacitação de um número significativo de jovens como também estimularia a criação e a inovação tecnológica.

No segundo aspecto, investimentos em desenvolvimento de infraestrutura de telecomunicações, é preciso que de alguma forma o Estado garanta o acesso universal à internet para todos os cidadãos. Isso faz com que seja colocado na agenda dos governos políticas públicas voltadas para este fim. Além disso, é possível também criar instrumentos regulatórios que forcem as empresas, mediante uma política de trade off, criar uma política para que façam investimentos em áreas economicamente inviáveis, no sentido de também colocar para este setor econômicos compromissos com a sociedade.



Contribution of the Intervozes Collective Brazilian to the Public Consultation
CWG Internet – ITU

Intervozes is an organization Brazilian's that understands communication as a human right. In this sense, it understands that public policies must always be premised on the right to human respect and guarantee access to services considered essential to a greater number of possible people. Thus, our contribution is based on the assumption that new information and communication technologies must be accessible to those who do not have it.

At the same time, as the telecommunications market has historically prevailed a logic of privileging markets with the capacity to consume its services, it is necessary that the State develop public policies for access to new telecommunications services, respecting human rights such as freedom of expression, privacy and being non-vigilant. This points to public policies that ensure that telecommunications infrastructure is available in areas that are also not economically viable.

Consultation theme: “New / emerging telecommunications / ICTs for sustainable development

1. How will new and emerging telecommunications / ICTs affect the Internet and sustainable development, including the digital economy?

R = Increasingly, telecommunications services have become a central element in the social, economic and human development of today's societies. Today, they can be compared to other essential services such as access to health, education, social rights, etc.



Based on the assumption that they are essential services, they need to be in line with the demands and human rights that guide, or at least should guide, the public policies and actions of the State. The same goes for the new technological tools that have emerged in the last 15 years. Sustainable development will only be possible if these new technologies and the emerging telecommunications services respect human rights. Freedom of expression, universal access to new technologies, privacy are some of those rights. Especially in a new emerging data-based global economy.

2. What are the opportunities and challenges for the adoption and growth of new and emerging telecommunications / ICTs and the Internet?

R = There is a growing demand for people who are not connected in the world. In Brazil, this number reaches approximately 43% of the population. With a growing need for certain services, including public services, to be accessed using telecommunications services, it is clear that there is a concrete demand for people who want and need to purchase these services and this becomes a great opportunity for the adoption and growth of emerging technologies and telecommunication services. On the other hand, the emergence of new technologies and emerging telecommunications services also poses some challenges.

The arrival of 5G technology, which is an emerging and disruptive telecommunications service, promises a series of opportunities that, in fact, become challenges for its implementation. A connection with 5G technology allows you to create machine to machine connections. And this implies, for example, the use and treatment of citizens' personal data in the hands of operators. Therefore, it becomes a challenge to use 5G technology to guarantee the privacy and non-surveillance of users. In addition, it is also necessary to solve the problem of the principle of Network Neutrality with the implementation of 5G technology. Network Neutrality was a principle that elevated the internet to the level it is today and ensured its constant innovation, which has been highly



welcomed so far. Therefore, another challenge for the adoption and growth of new and emerging telecommunications, such as 5G technology, is the guarantee of the principle of Network Neutrality in its use.

3. How can governments and other stakeholders take advantage of the benefits of new and emerging telecommunications / ICTs?

R = In many ways. The first is to create communication channels with the user for services of extreme need, with quick responses, such as in health, to solve problems in customer service; quick ways of rectifying personal data information in public databases, provided that human rights regarding privacy are respected and without vigilant practices; creation of public policies aimed at digital inclusion, in an attempt to bridge the digital gap; equipping schools and libraries with quality connectivity, etc.

4. What are the best practices for promoting human skills, institutional capacity, innovation and investment for new and emerging telecommunications / ICT?

R = Here we will divide our contribution into two aspects: training and skills in using ICT's and investments in the development of telecommunications infrastructure.

In the first aspect, of skills, it is important to point out that for a full use of all the capabilities that new technologies provide to the citizen, it is necessary that this citizen has knowledge and skills compatible with the use of the technologies. A good example of good practice in this training would be the creation of public spaces with workshops that would provide this training. In addition, a good practice would be to include in the curriculum Brazilian public schools disciplines that teach students basic programming, providing students with skills for developing applications, for example. This would not only enable the training of a significant number of young people, but would also stimulate technological creation and innovation.



intervozes
coletivo brasil de comunicação social

In the second aspect, investments in the development of telecommunications infrastructure, it is necessary that the State somehow guarantees universal access to the internet for all citizens. This causes it to be placed on the agenda of public policies aimed at this end. In addition, it is also possible to create regulatory instruments that force companies, through a trade off policy, to create a policy to make investments in economically unviable areas, in the sense of also placing economic commitments with society for this sector.